

Educação para o bem comum: uma contraposição à globalização neoliberal

Education for the common well: a counterpoint to neoliberal globalization

Educación para el bien común: un contrapunto a la globalización neoliberal

Vinícius Soares Pinto

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
soarespinto.vinicius@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8893-1712>

Daianny Madalena Costa

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
daiannyc@unisinos.br

<https://orcid.org/0000-0001-7045-0259>

RESUMO

O objetivo deste ensaio é analisar a racionalidade da globalização neoliberal e as contraposições do bem comum frente a ela, para desencadear uma compreensão acerca da educação escolar comprometida com a cidadania global. Inicialmente, são apresentadas características sobre o contexto neoliberal e em seguida como elas influenciam a educação escolar. A terceira parte do trabalho, fundamentada em ideias que valorizam a consciência de coletividade para o bem comum, demonstra uma ideia de cidadania global que corresponde à oposição à globalização neoliberal. Por fim, o ensaio destaca que apesar do mal-estar provocado pelas ideias individualistas e competitivas do mercado, o futuro ainda está em aberto, sendo a escola um possível ator de consciência e ação no tempo presente para projetar a vida que se deseja ter daqui para frente.

Palavras-chave: Globalização neoliberal. Educação. Cidadania global. Bem comum.

ABSTRACT

The objective of this essay is to analyze the rationality of neoliberal globalization and the oppositions of the common well against it, in order to trigger an understanding of school education committed to global citizenship. Initially, characteristics about the neoliberal context are presented and then how they influence school education. The third part of the work, based on ideas that value collective consciousness for the common well, demonstrates an idea of global citizenship that corresponds to opposition to neoliberal globalization.

Finally, the essay highlights that despite the discomfort caused by the market's individualistic and competitive ideas, the future is still open, and the school is a possible actor of awareness and action in the present time to project the life you want from here forward.

Keywords: *Neoliberal globalization. Education. Global citizenship. Common Well.*

RESUMEN

El objetivo de este ensayo es analizar la racionalidad de la globalización neoliberal y las oposiciones del bien común contra ella, con el fin de desencadenar una comprensión de la educación escolar comprometida con la ciudadanía global. Inicialmente se presentan características sobre el contexto neoliberal y luego cómo influyen en la educación escolar. La tercera parte del trabajo, basada en ideas que valoran la conciencia colectiva por el bien común, demuestra una idea de ciudadanía global que corresponde a la oposición a la globalización neoliberal. Finalmente, el ensayo destaca que a pesar del malestar que provocan las ideas individualistas y competitivas del mercado, el futuro sigue abierto, siendo la escuela un posible actor de conciencia y acción en el presente para diseñar la vida que se quiere tener desde aquí adelante.

Palabras clave: *Globalización neoliberal. Educación. Ciudadanía global. Bien común.*

Introdução

As linhas a seguir surgiram a partir do desejo de seus autores por dias melhores frente a um contexto global em que ainda o individualismo prevalece e a desigualdade social aumenta. Por isso, dialogamos com o seguinte objetivo: analisar a racionalidade da globalização neoliberal e as contraposições do bem comum frente a ela, para desencadear uma compreensão acerca da educação escolar comprometida com a cidadania global. Afinal, se o avanço das lógicas neoliberais acontecem de maneira globalizada, com investidas tão perversas e cruéis que quase nos arrebatam a esperança, do mesmo modo nos parece que deva ser o convite para nossa resistência e a possibilidade de lutar pela vida: a cidadania global e o bem comum.

No início do trabalho, o referencial teórico apresenta ao leitor as principais características sobre o contexto neoliberal e como elas têm transformado as relações entre as pessoas, diante de um cenário de valores individualistas em que o acesso a serviços de bem-estar é gerido por interesses financeiros. Na sequência, problematiza-se o modelo escolar que enaltece uma formação pautada para suprir primordialmente às necessidades do mercado. Ou seja, a educação também torna-se produto e estudantes/famílias são tratados meramente como clientes.

A contraposição para o cenário de mal-estar neoliberal é apresentada, a partir de ideias que defendem uma escola comprometida com a diversidade de pensamento, olhares e realidades, capaz de gerar consciência coletiva e ação em prol do bem comum em nível local e global. Afinal, um futuro digno de bem-estar social está diretamente ligado às ações do presente em uma dimensão planetária.

Contexto Neoliberal

O neoliberalismo, conforme Harvey (2008), pode ser definido como um modelo político-econômico defensor da ideia de que o bem-estar humano pode ser melhorado a partir do momento que o Estado apenas cria e promove uma estrutura institucional capaz de garantir os princípios do mercado, como a propriedade privada, a livre concorrência e consequentemente a capacidade empreendedora individual. Sobre essa perspectiva, o neoliberalismo é compreendido como um estágio ainda mais perverso do capitalismo que, acima de tudo, entranha-se no cotidiano da vida em sociedade e amolda-se à cultura, impregnando o senso comum – mentes e corações de um ethos a partir da agenda do mercado (LAVAL, 2019; APPLE, 2005; SANTOS, 2000). As ideias neoliberais ganham força nos anos 1980, período marcado pela queda do Muro de Berlim, o que simbolicamente dava ao capitalismo os louros da vitória como modelo social a seguir. Apesar de crises econômicas regulares e agudas, o discurso neoliberal ainda pauta o modo de vida contemporâneo, impondo a lógica da competitividade e da meritocracia, independentemente de equidade social. Para Santos (2020), o neoliberalismo impôs a versão mais antissocial do capitalismo, sujeitando “todas as áreas sociais – sobretudo saúde, educação e segurança social – ao modelo de negócio do capital, ou seja, áreas de investimento privado que devem ser geridas de modo a gerar o máximo de lucro para os investidores” (p. 24). Um modelo social que, para o autor, estimula um estado permanente de crise, pois é nela que se justifica os cortes nas políticas sociais.

A subtração de privilégios adquiridos (como o direito à aposentadoria, assistência médica, educação gratuita e serviços adequados que amparam um salário social satisfatório) tornou-se, no neoliberalismo, uma forma descarada de espoliação racionalizada que agora é reforçada por uma política de austeridade adotada em nome da retidão fiscal. A organização contra essa forma de acumulação por espoliação (a formação de um movimento antiausteridade, por exemplo) e a reivindicação de preços mais baixos e maior eficácia em habitação, educação, saúde e serviços

sociais, portanto, são tão importantes para a luta de classes como a luta contra a exploração no mercado e no ambiente de trabalho (HARVEY, 2016, p. 71-72).

A lógica neoliberalista incute no indivíduo a ideia falaciosa que só depende dele a garantia de sucesso financeiro e realização pessoal-profissional, não levando em consideração as desigualdades estruturais e os diferentes contextos de acessos às oportunidades que afetam cada pessoa. No neoliberalismo, ganha força o discurso da flexibilização do trabalho, da liberdade, de que o Estado atrapalha com o excesso de regulamentação, de que o trabalhador deve tornar-se empreendedor de si mesmo, ser dono do próprio tempo. No entanto, não é raro o trabalhador que resolveu empreender perceber na sequência o quanto precisa explorar a si mesmo para conseguir ganhos satisfatórios, precisando abdicar novamente da liberdade que tanto lhe foi prometida. Nas palavras de Han (2017, p. 107), “A preocupação por uma boa vida dá lugar à histeria pela sobrevivência”. Uma realidade de precariedade e objetificação do trabalho humano que pode ser observada com verossimilhança em filmes do cineasta britânico Ken Loach, como “Eu, Daniel Blake”, de 2016, e “Você não estava aqui”, de 2020.

É um modo de vida que torna turva, opaca, a capacidade de se colocar no lugar do outro, pois sobreviver torna-se uma intensa corrida contra o tempo na busca pela produtividade. O indivíduo impera sobre o coletivo, diante de uma realidade em que os bens sociais já foram privatizados, afinal não existe mais amparo se você não puder pagar por ele. “O próprio Estado e a comunidade ou sociedade civil passaram a ser geridos e avaliados pela lógica do mercado e por critérios de rentabilidade do “capital social” (SANTOS, 2020, p. 27). Onde tudo vira mercado, conseqüentemente a lógica da administração empresarial impregna-se na gestão e políticas públicas, nas instituições de ensino, ONGs etc. Ou seja, políticos, professores, assistentes sociais, entre outros profissionais começam a perder espaço para a figura do “gestor”, cuja função muitas vezes é estritamente garantir um resultado financeiro positivo e buscar recursos, a partir de resultados em eficácia obtidos por meio de rankings e métricas de comparação entre pessoas e instituições.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos

comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 16).

Apesar da lógica neoliberal estar instaurada, é importante não a considerar como algo natural ou irreversível. Ler o passado e o presente é um passo para se ter um desenho, por mais nebuloso que seja, do que pode estar por vir. Neste sentido, Paulo Freire (2000) dizia que é preciso ao menos ter um desenho sobre o futuro, assim como um operário precisa do projeto do móvel para construí-lo, pois por meio da educação torna possível ler e compreender os fatos e acontecimentos do mundo, traçando utopias e ações para concretizá-las e transformar a realidade.

O neoliberalismo, portanto, propaga a lógica sedutora de que as pessoas terão maior “liberdade”, porque poderão “controlar” seu próprio tempo, fazer suas escolhas sem terem de “obedecer” a alguém; manifesta por isso, a perversidade que lhe é própria, pois os indivíduos, sem as seguridades sociais, contam com a sua “própria sorte” para enfrentarem os obstáculos que surgirem. Da crítica à exploração, o mundo do trabalho foi substituído por uma lógica ainda mais cruel, o indivíduo empreendedor de si, que está abandonado às fatalidades de sua força de vontade, solto e sozinho. De outro ponto, irrompe um “novo” jeito de ser e estar no mundo e com os demais, impulsionando para a competição, para o individualismo e para o consumismo. Diante disso, o que “verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato” (SANTOS, 2000, p. 21). A partir dessa análise, propomos a seguir a compreensão em torno da educação escolar e do neoliberalismo, para posteriormente apresentarmos o bem comum como contraposição.

Educação escolar com traços neoliberais

O verbete “Escola”, do Dicionário Paulo Freire (GADOTTI, 2017), a define como um fator e produto da sociedade, pois surge e atua a partir das relações sociais tecidas com os diferentes atores de um determinado contexto. A realidade de cada período histórico

apresentará as especificidades de quem poderia frequentá-la, o que se aprenderia e qual o real objetivo da formação ali aplicada. Bourdieu e Passeron (1992), por exemplo, nos desafiarão a considerar que a escola é um produto das condições estruturais da sociedade capitalista, sustentada pelas ideias de sua classe dominante – a burguesia. Considerando essa compreensão, trazemos a afirmação realizada por Laval (2019), quando propõe que é possível dividir a função histórica da escola em três momentos:

Um período em que a principal função da escola era integrar o indivíduo moral, política e linguisticamente à Nação; um período em que o imperativo industrial nacional ditou as finalidades da instituição; e o período atual, em que a sociedade de mercado determina mais diretamente as transformações da escola (LAVAl, 2019, p. 32).

Obviamente, as ideias econômicas liberais que pautam o neoliberalismo, consequentemente, também atingem a escola. Afinal, o que ensinar para uma realidade que tem se transformado com muita velocidade, e que parece não haver mais chão seguro para se pisar, diante da volatilidade das instituições, da precarização do sentido de coletividade e do culto ao indivíduo que consome? A escola de algumas décadas atrás não responde mais aos desafios do modelo social instaurado. Laval (2019) explica que, com a desestruturação da sociedade industrial fordista e de seu padrão característico de emprego, faz surgir, a partir da década de oitenta, uma escola de concepção mais individualista e mais mercadológica.

O modelo social pauta a escola, que ao não se posicionar como um agente de transformação cidadã, apenas forma mão de obra qualificada para retroalimentar um modelo pautado pelo mercado. Desta forma, a principal competência, a metacompetência, a ser aprendida pelo aluno na realidade neoliberal, consiste “em ‘aprender a aprender’ para enfrentar a incerteza alçada à exigência permanente da existência humana e da vida profissional” (LAVAl, 2019, p. 41), afinal o Estado privatiza os serviços de apoio ao cidadão, entregando para o mercado administrá-los. No fim das contas, ao invés da responsabilidade do Estado em definir um projeto de educação para a nação, “serão os empresários que definirão as competências a serem avaliadas no final do Ensino Médio e profissional (AKKARI, 2011, p. 74).

Três tendências ajudam a compreender o contexto da escola neoliberal, na visão de Laval (2019): desinstitucionalização, desvalorização e desintegração. A primeira explicada pela necessidade da educação em atender às demandas e à fluidez das

exigências que o mercado impõe, tornando a escola uma mera empresa educadora, uma organização flexível, em que não é mais reconhecida pela estabilidade e autonomia de pensamento. A segunda tendência – desvalorização – é refletida na “transmutação progressiva de todos os valores em mero valor econômico” (LAVAL, 2019, p. 23), pois apesar da escola ser reconhecida como essencial ao progresso, ela deixou de transmitir cultura e referenciais simbólicos da sociedade para dedicar-se aos conteúdos de eficiência produtiva para inserção profissional. Por fim, a terceira tendência – desintegração – é sentida a partir do momento que a escola torna-se um produto a ser comparado e escolhido pelas famílias, pois a lógica do consumo estabelecida entre cliente e serviço, obriga a escola a adaptar-se aos interesses de quem a paga. Ou seja, desintegra-se o papel cidadão da escola em unir, agregar, pessoas com diferentes visões de mundo, em prol de um determinado público consumidor pagante.

Portanto, preparar para o mercado de trabalho por meio de educadores gestores, transformando crianças e jovens em futuros empreendedores para uma promessa de sociedade sem empregos formais; mensurar desempenho escolar apenas por meio dos resultados obtidos em avaliações de larga escala; e oferecer bonificação para educador pelo número de estudantes aprovados, assim como se oferece participação nos lucros e resultados aos trabalhadores da indústria. Será o objetivo da escola apenas formar gente para o mercado de trabalho? Paulo Freire (1987) denomina essa lógica de mercantilização da escola de “educação bancária”, cuja finalidade é simplesmente educar para a submissão, agindo praticamente como um anestésico que inibe a possibilidade de reflexão sobre a realidade. Na visão freiriana, a educação acontece por meio de um processo dialógico-dialético, entre educador, educando e o mundo que os cerca, tornando possível a leitura crítica da realidade e conseqüentemente libertar de uma condição opressora.

Na linha sobre os perigos da educação bancária, Paro (2014) alerta para duas ameaças que permeiam o cenário educacional contemporâneo: “a razão mercantil que orienta as políticas educacionais e o amadorismo dos que ‘cuidam’ dos assuntos da educação” (2014, p. 50), já que pedagogos têm sido substituídos com frequência por economistas, publicitários, jornalistas, empresários, estatísticos etc.

Num trabalho qualquer, o trabalhador (individual ou coletivo) imprime sua ação de transformação no objeto de trabalho, o qual *resiste* de forma passiva (como objeto) a essa intervenção, deixando-se plasmar num novo produto. No caso da educação, não. A ação do educador não se dá de uma forma exterior, como quem transforma o

objeto de trabalho e este se deixa transformar no produto. Aqui, o educador oferece condições para que o educando aprenda, e este *reage* ativamente, participando *como sujeito* (orientado por sua vontade) da elaboração do produto (PARO, 2014, p. 81).

Conforme adiantou o autor, preocupa é a quantidade de profissionais e instituições de segmentos diversos – sem tradição no campo educacional – investindo e se apropriando dessa área, transformando-a em mais um mercado a ser explorado. Afinal, são empresas de capital aberto, grandes corporações, inclusive bancos, que estão ressignificando as escolas e transformando alunos, professores, sistemas de ensino, como possíveis ativos de um negócio lucrativo, que também poderá ser vendido na sequência assim que for conveniente, ou seja educação pautada pela lógica neoliberal.

Escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico. Não é a sociedade que garante o direito à cultura a seus membros; são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade (LAVAL, 2019, p. 17).

Conseguir ler de maneira crítica o contexto presente, colocando-se como sujeito desta realidade, ora como trabalhador, ora como estudante, é um primeiro passo para simplesmente não aceitar a realidade presente e futura como condições fatalistas. Certamente, quando a escola, local que primordialmente deveria promover e provocar as leituras de realidades, torna-se meramente linha de produção humana para o mercado, dificulta a emancipação dos olhares de quem a frequenta. Torna-se simplesmente um ambiente que reforça e reproduz as desigualdades da sociedade, pois conforme explica Lima (2020, p.21555) “a escola está à mercê dos atos de desigualdades advindos de um sistema com visão eminentemente material, classista e excludente”. O autor deixa claro que o modelo de escola neoliberal, ao adotar uma postura de avaliação meritocrática de seus estudantes, reproduzirá a lógica do favorecimento de uma minoria privilegiada em detrimento de uma maioria, já excluída do mercado, seja por etnia, sexo ou origem regional.

Não se pode desconsiderar o fato político que permeia todo o processo escolar e de construção de conhecimento. Se assim acontecer, a naturalização das desigualdades vai se acentuando ao ponto de ficar cada dia mais difícil de visualizar. Aliás, a invisibilidade dessas desigualdades também é notada e promovida por uma escola

que se coloca na posição de espelhar os valores sociais da modernidade (LIMA, 2020, p.21555).

Sociedades que não promovem em suas escolas o interesse dos estudantes pela pluralidade dos aspectos sociais, valorizando apenas o ensino utilitarista na expectativa do retorno econômico, também estão colocando suas democracias em risco. É o que explica Nussbaum (2015) ao salientar que a democracia está condenada ao fracasso, quando não se aprende o respeito e a consideração pelas ideias diferentes do seu espectro social. Para a manutenção de sociedades democráticas, a escola precisa promover o sentido da vida em sociedade e não valorizar a objetificação do outro.

Toda a democracia moderna é também uma sociedade na qual as pessoas se diferenciam bastante segundo um grande número de parâmetros, entre eles religião, etnia, riqueza e classe, incapacidade física, gênero e sexualidade, e na qual todos os eleitores fazem escolhas que têm um impacto significativo na vida das pessoas que discordam deles. Um modo de avaliar qualquer sistema educacional é perguntar quão bem ele prepara os jovens para viver numa forma de organização social e política com essas características. Sem o apoio de cidadãos adequadamente educados, nenhuma democracia consegue permanecer estável (NUSSBAUM, 2015, p. 11).

As instituições de ensino conscientes do contexto predatório do cenário educacional neoliberal deixam claro que não pactuam com um modelo de educação alheio à equidade social, que privilegia pautas individualistas. Essa preocupação com a formação humana voltada ao bem comum ainda aparece regularmente em documentos recentes de ordens religiosas, como a Rede Jesuíta de Educação, por exemplo, que salienta o compromisso de formar gente capaz de agir na realidade em que atua, ou seja, que não seja submissa na “educação bancária” alertada por Freire.

Os indicadores de qualidade da educação elaborados por agências internacionais ajudam a mapear as fragilidades e fortalezas dos sistemas educativos. Também parece pertinente a relação entre a qualidade da educação e a equidade social. Não há mérito de excelência acadêmica sem que isso seja seguido pela mobilidade social e diminuição da pobreza. Nosso modo de oferecer educação de qualidade, entretanto, não se restringe a atingir os índices de ranqueamento em avaliações padronizadas (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, 2016, p. 37).

Na visão de Paro (2015), o conceito de “escola boa” não é aquela que apenas dá “boas-aulas”, como prega a pedagogia tradicional, mas aquela que forma bons cidadãos.

Arendt afirma que a educação é “o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens” (2019, p. 247). O futuro é, mais uma vez, consequência das escolhas, responsáveis ou irresponsáveis, feitas por nós no presente. Fica o desafio de olhar para dentro da escola e, mesmo diante da lógica neoliberal, apresentar propostas e modo de trabalho que permita ampliar a visão de mundo e mover-se em direção à esperança para a construção de outro mundo possível. Tal elaboração poderá ser factível a partir do envolvimento dos diversos atores do cotidiano escolar, entre todos os sujeitos, de todas as gerações. O bem comum e a cidadania global, por isso, tomam acento nesse ato de resistência à ideologia neoliberal.

Bem comum e escola para uma cidadania global

O neoliberalismo aliado aos avanços tecnológicos de comunicação do século XX contribuiu para ressignificar noções de tempo, espaço e fronteiras geográficas. A intensa circulação de ideias e conexão entre pessoas do mundo inteiro promoveu a sensação de vivenciarmos uma grande “aldeia global”, conforme conceito cunhado por McLuhan (1960). Presenciamos a disseminação unificada de técnicas que confluíram para um avanço das ações globais, principalmente por meio de empresas mundiais (SANTOS, 2000). Uma oportunidade para o mercado, sedento por novos consumidores, buscar a substituição da pluralidade regional pela homogeneização de uma indústria cultural, promovendo o que Bauman (2008, p.41) denomina de “sociedade de consumidores”. Uma realidade em que os símbolos das marcas de grandes corporações e ícones da moda e da cultura *pop* são reconhecidos, desejados e consumidos em todos os continentes. “As logomarcas, por força da onipresença, tornaram-se a coisa mais próxima que temos de uma linguagem internacional, reconhecida e compreendida em muitos mais lugares do que o inglês” (KLEIN, 2002, p.22). Portanto, os grandes líderes do neoliberalismo deixaram de oferecer apenas produtos e objetos de desejo, agora são responsáveis por prometerem novas vidas, novos modelos de comportamento e conduta, uma nova identidade ao indivíduo em escala global.

Quando Heineken, Reebok e Coca-Cola falam do mundo, não se está apenas vendendo esses produtos. Eles denotam e conotam um movimento mais amplo no qual uma ética específica, valores, conceitos de pessoas imersas na modernidade-mundo. Nesse sentido

a mídia e as corporações (sobretudo transnacionais) têm um papel que supera a dimensão exclusivamente econômica. Elas se configuram em instâncias de socialização de uma determinada cultura, desempenhando as mesmas funções pedagógicas que a escola possuía no processo de construção nacional (ORTIZ, 1994, p.146).

O contexto neoliberal valoriza a cultura meritocrática e o sucesso individual. É um modelo social que promove a competição generalizada entre sujeitos na busca pela realização dos desejos pessoais, enquanto a figura do próximo torna-se turva e periférica. Prevalece o “Eu” sobre o outro. Para Santos (2020), a mercantilização da vida coletiva é sentida na privatização dos próprios bens sociais, como educação, saúde, segurança, entre outros. No entanto, onde fica a responsabilização de cada um sobre a vida do outro neste contexto? Outro mundo ainda é possível? Dardot e Laval (2017, p.14) afirmam que “vivemos a tragédia do *não comum*”, pois a humanidade ainda não conseguiu deslumbrar um destino que prevaleça a ideia de cooperação entre as pessoas como força de resistência à cultura neoliberal.

O futuro parece bloqueado. Vivemos esse estranho momento, desesperador e preocupante, em que nada parece possível. A causa disso não é mistério e não decorre da eternidade do capitalismo, mas do fato de que este ainda não tem forças contrárias suficientes diante de si. O capitalismo continua a desenvolver sua lógica implacável, mesmo demonstrando dia após dia uma temível incapacidade de dar a mínima solução às crises e aos desastres que ele próprio engendra (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 11).

Os tempos de crise, acentuados também pela pandemia de COVID-19, evidencia novamente a importância de uma educação que forme para a cidadania global, prezando também pela excelência na formação humana. Pensar na preservação do humano, do bem comum e da comunidade não é negar aspectos econômicos, mas resistir à ideia funesta de que a desigualdade é inevitável. Nesse sentido, “a *resistência* deixa de ser um movimento só de reação de autodefesa e passa a ser uma ação ou política ofensiva” (MORETTI, 2017, p. 360) [grifo da autora].

Na *Carta Encíclica Laudato Si*, Papa Francisco faz um apelo:

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. [...]. A humanidade possui ainda a capacidade de

colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados setores da atividade humana, estão a trabalhar para garantir a proteção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos (FRANCISCO, 2015, pp. 12-13).

Novamente, precisou o choque de uma grande crise, esta ocasionada por uma pandemia em tempos neoliberais, para evidenciar ainda mais as desigualdades sociais entre cidadãos e nações. Sendo que no caso da COVID-19, a segurança e a livre circulação dos ricos também estão condicionadas ao bem-estar social dos mais pobres. Ou seja, quanto mais tempo prevalecer a cultura do individualismo, do imediatismo e do descaso com os ecossistemas, mais demorado será a cura da humanidade. Isso porque, como propõe Manuel Castells (2019), não existe economia abstrata, pois toda prática econômica acontece a partir dos valores, dos projetos e dos interesses humanos. No entanto, o autor salienta sobre a existência de uma “economia desumana, porque às vezes ela beneficia determinados seres humanos que buscam se apropriar da humanidade como um todo para benefício próprio até que outros seres humanos pensem de modo diferente” (2019, p. 11). Ou seja, para proteger a vida do outro, eu preciso me cuidar e vice e versa.

Infelizmente, diante do enfraquecimento do bem comum na lógica neoliberal, o que se testemunhou no noticiário, durante a pandemia, foi a luta de classes defendendo seus grupos de interesses, alegando serem uns mais essenciais que os outros. Pelo mercado, ignora-se os números de mortes, adota-se a lógica da seleção natural entre os infectados, pois a economia não pode parar. “Se essa epidemia resultar em maior desunião e maior desconfiança entre os seres humanos, o vírus terá aí sua grande vitória. Quando os humanos batem boca, os vírus se multiplicam” (HARARI, 2020, p. 11).

Diante da complexidade deste mundo globalizado, quais os desafios da escola para formar pessoas que não se contentem apenas pela vida pautada pelo consumo, por uma busca insaciável dos interesses individuais? Onde fica a identidade e a responsabilidade do local diante do global e do global diante do local? Será que o mundo é tão homogêneo como aparece nas propagandas de cartão de crédito, em que pessoas circulam e são acolhidas em qualquer lugar do mundo sem conflito algum? Possivelmente, apenas para a pequena parcela que concentra a maior parcela do capital mundial. Neste sentido, Lipovetsky (2011, p. 128) salienta que “com a globalização, há uma erosão das fronteiras e

das barreiras geográficas, compressão do espaço-tempo, mas não desaparecimento das distâncias culturais”. O autor defende que, apesar do desejo por consumir os mesmos produtos, a pessoa ao entrar em contato com uma “cultura-mundo”, percebe a necessidade de defender suas identidades linguísticas e culturais, como forma de oposição à sensação de desapossamento de si e visualiza a importância de revitalizar identidades coletivas.

Portanto, apesar do mercado buscar a homogeneização de hábitos de consumo, é ingênuo e inconsequente a escola que se fecha para a diversidade cultural. Não compreender a heterogeneidade que forma qualquer sociedade moderna é também colocar em risco a sua democracia, pois, de acordo com Nussbaum (2015), toda democracia contemporânea é composta por pessoas que comungam e divergem em diferentes interesses. Ou seja, é importante o debate, a negociação, a compreensão da existência de visões de mundo diferentes, desde o início da vida escolar, caso contrário, cria-se gerações de pessoas com perspectivas unilaterais de realidade, propiciando a intolerância e a instabilidade de sistemas políticos democráticos. Ainda na visão da autora, educar para cidadania global compreende em deixar claro aos estudantes, conforme vão crescendo, a complexidade das interações entre história, geografia, estudos culturais interdisciplinares, direito, política e religião.

As democracias possuem uma grande capacidade racional e criadora. Elas também estão sujeitas a alguns erros de análise, ao provincianismo, à precipitação, à omissão, ao egoísmo e à estreiteza de espírito. A educação baseada principalmente na lucratividade do mercado global amplia essas deficiências, criando uma estupidez gananciosa que põe em risco a própria existência de democracia, e que certamente impede a criação de uma cultura mundial satisfatória (NUSSBAUM, 2015, p. 143).

Negar a diversidade das diferentes tribos que habitam essa mesma aldeia global, ou perceber que talvez sejam muitas aldeias que conectadas formam um complexo sistema de interação, é ser conivente pela manutenção de uma sociedade desigual, onde muitos jamais conseguiram(ão) ser ouvidos. Desse modo, o aumento do acesso às tecnologias de informação e a popularização da internet deram voz a outras identidades, escancarando o quanto há de segregação e de injustiça na lógica neoliberal. Dependendo da cor da pele, orientação religiosa e sexual ou até mesmo o local de nascimento, grupos estão condenados ao anonimato por não se encaixarem nos modelos construídos pela indústria do consumo. A partir do momento que múltiplas vozes que começam a ecoar

com velocidade nos inúmeros meios de comunicação, o *status quo* é colocado em xeque e evidencia-se a sensação de “desorientação globalizada” (LIPOVESTKY, 2011, p. 119). Diante desse contexto, ao menos dois possíveis caminhos se apresentam: negar a diversidade e buscar soluções simplistas, vide o aumento da popularidade de discursos de ódio e populistas; ou formar pessoas capazes de lidar com a complexidade que é um mundo diverso. Para representar a diversidade cultural presente no mundo globalizado, Papa Francisco não utiliza a imagem de uma esfera com superfície homogênea. O pontífice prefere outra forma geométrica:

Agrada-me a figura geométrica do poliedro porque é una, mas tem faces diferentes. Expressa como a unidade se faz conservando as identidades dos povos, das pessoas, das culturas. Essa é a riqueza que hoje teríamos que dar ao processo de globalização, porque, senão, é uniformizante e destrutivo (FRANCISCO, 2017, p. 106).

A escola de cada face do poliedro precisa ser responsável com seus estudantes e comunidade educativa em apresentar as características do seu contexto local, deixando claro que não existe compromisso global sem antes o cuidado com aquilo que está ao alcance da ação individual de cada membro de uma comunidade. É o cuidado com cada face do poliedro que anuncia o cuidado com a nossa “Casa Comum”, expressão utilizada pelo Papa Francisco (2015) para referir-se ao planeta Terra em sua encíclica *Laudato Si*. Ao colocar uma lupa sobre qualquer capital brasileira quantas faces de um poliedro já são possíveis identificar? A escola privada do bairro nobre já é diferente da escola privada do bairro periférico, que é diferente da escola pública do bairro nobre e do bairro periférico. E dentro de cada escola há um pequeno universo de pluralidade, fruto de uma sociedade miscigenada e desigual. Por isso a importância da leitura crítica de contexto local pelos membros de uma comunidade educativa (educadores, estudantes e famílias), para compreensão das diferentes visões de mundo que, não raramente, são divergentes entre as pessoas, mas que são legítimas e também precisam ser ouvidas e atendidas, na busca por uma “casa comum” cada vez menos desigual.

A educação para uma cidadania global não cabe nas disciplinas exatas ou em rankings de eficácia escolar entre os países. É mais do que isso. É uma educação que investiga o que nos torna humanos, sobre o que aspiramos e negamos, nossas semelhanças e diferenças com aqueles que compartilhamos a rua, a cidade, o país, a casa comum. Nós

nos reconhecemos a partir do olhar sobre e refletido nos outros. A palavra “nós” em espanhol sintetiza essa ideia: “nosotros”.

Considerações finais

Retomando o objetivo desse trabalho, o qual teve como finalidade analisar a racionalidade da globalização neoliberal e as contraposições do bem comum frente a ela, para desencadear uma compreensão acerca da educação escolar comprometida com a cidadania global, temos a considerar três entendimentos: um primeiro parte da ideia de que a escola fosse pretendida pela classe dominante da sociedade capitalista como um produto para a conseqüente reprodução de seus ideais (BOURDIEU; PASSERON, 1992); por segundo, mesmo sendo essa uma condição impreterível para sua “tradição”, ela não está fadada a essa única e exclusiva possibilidade (FREIRE, 1987). E, a terceira consideração compreende que o individualismo moderno tornou-se parte do capitalismo neoliberal. Esse indivíduo produtivo, seduzido pela ideia do centro ocidental que prometia liberdade, igualdade, felicidade, a partir dos interesses mais pessoais, transformou-se numa peça da engrenagem (DARDOT; LAVAL, 2016).

Diante desses três pilares, há um intenso mal-estar, que resulta para além das promessas não cumpridas. Afinal, há um conjunto bastante expressivo de pessoas que não vivenciaram nem uma pequena parte do que foi alardeado e, ao contrário, foram excluídas, sucateadas, transformaram-se num número qualquer. O contrato inicial, de que competiriam, consumiriam e seriam felizes, transformou-se num abissal mal-entendido, gerando desânimo, desesperança e cansaço. A partir dessa compreensão reiteramos, conforme Dardot e Laval (2016), que o neoliberalismo não é uma condição humana, ao contrário, pode ser traduzido como uma produção histórica, ou seja, relativo “a condições estritamente singulares que nada permite que sejam pensadas como insuperáveis” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 402). E é, precisamente por isso que os autores concluem o comum como possibilidade.

Dito isso, o neoliberalismo com a sua lógica perversa, que forja uma globalização estruturada sobre os princípios do centro capitalista, por meio da apropriação de sua cultura, seus aspectos econômicos e sociais, encontrará na cidadania global a resistência coletiva para a sua superação. É na coletividade que o bem comum, compreendido pela socialização dos bens naturais (água, terra, ar) até aqueles que se referem aos direitos de

um justo e digno viver (saúde, alimentação, moradia, educação etc.) pode ser reconhecido, habilitado e desenvolvido, como resultado da produção coletiva de homens e mulheres.

Sendo assim, a educação escolar para o bem comum poderá se manifestar pela organização do coletivo, como propõe Crahay (2002). O modo competitivo como a escola se estruturou está mais relacionado à produção de desigualdades, marcando superiores e inferiores entre outras dicotomias, do que uma efetiva preocupação em torno de que todos e todas pudessem aprender. Ao contrário disso, será em torno da constituição de propósitos que o coletivo se envolverá na ação-construção daquilo que se destinará a todos e todas. “O objetivo é o ressurgimento do êxito comum em cada um dos indivíduos” (CRAHAY, 2002, p. 400).

Portanto, mesmo diante do contexto utilitarista, em que muitas escolas ainda enaltecem o discurso de formar para o mercado, fortalecendo a lógica neoliberal do individualismo exacerbado, o futuro não é fatalista, assim como os destinos das piores crises também não são. Afinal, “O futuro não nos faz” (FREIRE, 2000, p. 27). Garantir um amanhã menos intolerante e desigual depende do compromisso em formar pessoas capazes de zelar pela vida do próximo, pelo respeito à diversidade e, conseqüentemente, pela casa comum. Tom Jobim já cantou na década de setenta: “é impossível ser feliz sozinho”.

Referências

- AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas públicas**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Ache, 2005.
- ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. In: ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CASTELLS; Manuel. Org. **Outra economia é possível**: Cultura e economia em tempos de crise. Rio de Janeiro: Zahar. 2019.

CRAHAY, Marcel. **Poderá a escola ser justa e eficaz?** Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos. Lisboa: Horizontes Pedagógicos. 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOLA. GADOTTI, Moacir, IN: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 154-156.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si.** São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Diálogo com os jesuítas reunidos na 36ª Congregação Geral.** Rio de Janeiro: Loyola, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação.** São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARARI, Yuval Noah. **Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Documento disponível para Tablet.

KLEIN, Naomi. **Sem Logo:** a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa.** São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Ruy D'Oliveira. Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais Em Contexto Neoliberal. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 21553-21564, apr. 2020.

LIPOVETSKY, Gilles. **A cultura-mundo:** resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **O meio é mensagem.** São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades** São Paulo: Martins fontes, 2015.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar. Educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO. **Projeto Educativo Comum**. Rio de Janeiro: Loyola, 2016.

REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO. **Colégio Jesuítas: Uma Tradição Viva No Século XXI**. São Paulo: Loyola 2019.

RESISTÊNCIA. MORETTI, Cheron Zanini, IN: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 359-360.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020. Documento disponível para Tablet.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Revisores de línguas e ABNT/APA: Diego Henrique Zerwes Ferreira

Submetido em 13/06/2021

Aprovado em 10/02/2022

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)